A igreja - casa da comunidade cristã

Parece, ao menos em certo sentido, que a primeira comunidade cristã não deu grande importância ao lugar onde se reunia. Neste aspecto, demarcava-se com nitidez da mentalidade pagã e mesmo judaica. Os cristãos possuíam a convicção de que “o Altíssimo não habita em casas feitas pela mão do homem” (Act. 7, 8) e que o verdadeiro templo onde Deus habita é o Senhor Ressuscitado (Jo. 2, 19; Col. 2, 9) e a comunidade edificada n’Ele, quais pedras vivas (Ef. 2, 19-22; 1 Pe. 2, 4-5). Onde quer que esteja, esta comunidade, unida a Cristo, pode orar em “espírito e verdade”. Tal modo de conceber e de proceder sublinha a primazia da comunidade dos crentes sobre o edifício.

Sem dúvida, desde o princípio, os cristãos procuraram um lugar disponível e adequado para as suas reuniões e celebrações. Naturalmente que tal busca só pôde ter plena expressão após a liberdade da Igreja (séc. IV).

É que não é indiferente reunir num estádio, num ginásio, numa sala de aulas, num auditório, numa garagem. E isto não só do ponto de vista funcional, como, sobretudo, do ponto de vista simbólico. As artes plásticas não só atendem à funcionalidade, mas sobretudo procuram configurar uma identidade.

Sobre as igrejas, sejam catedrais, basílicas, igrejas urbanas ou rurais, capelas ou ermidas, a Instrução Geral do Missal Romano diz: “o edifício sagrado, na sua disposição geral, deve reproduzir de algum modo a imagem da assembleia congregada...” (cf. nº 294); além disso, estes edifícios devem ser “dignos e belos como sinais e símbolos das realidades celestes” (cf. nº 288). Ou, como diz o Ritual da Dedicação: o edifício de pedras “será sinal visível daquela Igreja viva ou casa de Deus, que eles (os fiéis) próprios constituem” (cf. cap. I, nº 1). Desse modo, as nossas igrejas deverão ser uma espécie de teologia em pedra, silenciosa mas permanente, sobre a Igreja. Eis porque construir uma igreja não é uma tarefa fácil, nem deve ser encarada levianamente.

Um outro aspeto a atender é com certeza a funcionalidade, que não pode deixar de ser simbólica, pois que o agir da comunidade o é também. Isto supõe uma atenção particular ao espaço, à proximidade e visibilidade. Sem o conhecimento do ser e do agir da comunidade é quase impossível edificar bem a igreja. Dever-se-á ter em conta a centralidade dos três pólos

da Eucaristia: o altar, a cadeira e o ambão; a perspectiva dialógica entre o Presbitério e a nave; a possibilidade de movimentos, sobretudo processionais; o lugar dos diversos ministros e do Coro; os espaços para a reserva eucarística, a oração pessoal e celebrações de pequenos grupos; a celebração do batismo e da reconciliação... afinal tudo o que diz respeito à vida cristã, particularmente à celebração por excelência que é a Eucaristia.

A construção de uma igreja não deve estar sujeita a certa mesquinhez de mentalidade que se traduz em avareza financeira, por vezes encapotada por pretensa simplicidade ou “pobreza”. Deve procurar-se a nobre simplicidade, que é uma das características da verdadeira arte, e evitar toda a ostentação gratuita e fútil (cf. Rit. da Dedicação, cap. II, nº3).

A elaboração do projeto não deve ser entregue a qualquer pessoa, por mais hábil que seja, mesmo que pelo motivo de evitar despesas. É necessário escolher pessoas competentes e preparadas (cfr. IGMR. 289). Importa, também, que toda a comunidade a que se destina a igreja seja interessada no projeto e na sua realização. Além disso, a construção de uma igreja diz respeito a toda comunidade diocesana que deve dar o seu assentimento, pelo consentimento expresso e por escrito do bispo diocesano (cf. Código de Direito Canónico, cân.1215). A igreja há-de, pois, aparecer como sinal para os crentes, pela sua força convocadora, como pólo de referência da sua fé e pertença a uma comunidade, como lugar de crescimento espiritual e de missão apostólica. Mas para todos, mesmo não crentes, não deixará de ser, mediante a linguagem universal da arte, um sinal de esperança, pelos valores que Cristo oferece a todos os homens.